

A PERSISTÊNCIA DA POLÍTICA ANTIGÊNERO BOLSONARISTA SOB O GOVERNO LULA: CONTINUIDADES, RESISTÊNCIAS E DISPUTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Eulália Vitória Dantas de Souza¹

INTRODUÇÃO

A política antigênero consolidada no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) ultrapassou os limites de uma gestão e permanece como uma força estruturante do cenário político nacional. Ainda que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, tenha sido interpretada por setores progressistas como a possibilidade de reversão desse quadro, constata-se que os repertórios discursivos, institucionais e midiáticos do bolsonarismo seguem ativos, moldando o debate público e limitando a ação estatal. Como afirma Prado (2025.), a cruzada antigênero de Bolsonaro não se limitou a desmontar políticas de igualdade, mas “desfigurou o Estado brasileiro”, instaurando uma nova lógica de atuação baseada em valores ultraconservadores e neoliberais.

Essa permanência deve ser compreendida à luz de um movimento mais amplo. Corrêa (2018) mostra que, desde os anos 1990, coalizões católicas e evangélicas vêm articulando uma verdadeira cruzada antigênero em nível transnacional, disputando a gramática dos direitos humanos e reconfigurando a política internacional e doméstica. No Brasil, a partir do ciclo Temer-Bolsonaro, essa cruzada encontrou espaço institucional, especialmente no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com a então ministra, a pastora evangélica Damares Alves, seu ministério funcionou como núcleo de difusão da agenda antigênero e de reorientação das políticas públicas.

Ainda que o governo Lula (2023-) tenha buscado recompor conselhos de participação social e relançar políticas de promoção da igualdade, os efeitos do bolsonarismo seguem presentes. A força das bancadas parlamentares religiosas, a capilaridade midiática das igrejas neopentecostais e a circulação persistente de *fake news* sobre “ideologia de gênero” mantêm

¹ Pesquisadora, Feminista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). E-mail de contato: eulaliavitoria@alu.uern.br

vivo o núcleo dessa política, agora reconfigurado como plataforma de oposição. Como destacam Biroli, Machado e Vaggione (2020), campanhas antigênero não são apenas resistências culturais, mas estratégias de erosão democrática, na medida em que redefinem os limites da cidadania e fragilizam a laicidade.

Os impactos dessa permanência são visíveis sobretudo nos direitos sexuais e reprodutivos. Pesquisas recentes demonstram que o desfinanciamento iniciado em 2016 ainda condiciona as políticas atuais, criando uma lacuna difícil de reverter (Peixoto; Salvador; Bianchetti, 2023). Além disso, medidas restritivas herdadas dos governos anteriores permanecem em vigor, como portarias que dificultam o acesso ao aborto legal.

Diante desse cenário, esta pesquisa parte do pressuposto de que a política antigênero constitui um legado discursivo, institucional e moral do bolsonarismo, que sobrevive ao ciclo eleitoral e continua a operar como força de voto no presente. O objetivo geral é analisar a persistência da política antigênero no governo Lula. Especificamente, busca-se: (i) compreender as estratégias de continuidade da cruzada antigênero após 2022; (ii) examinar o papel das igrejas midiáticas e das frentes parlamentares religiosas na reprodução de imaginários familistas; e (iii) discutir as implicações dessa permanência para a igualdade, a democracia e os direitos sexuais e reprodutivos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A análise da persistência da política antigênero bolsonarista sob o governo Lula exigiu um referencial capaz de articular dimensões estruturais e discursivas. Trata-se de um fenômeno que envolve tanto a herança institucional deixada pelo ciclo 2016–2022 quanto sua reconfiguração em arenas parlamentares, midiáticas e religiosas no período posterior. Para dar conta dessa complexidade, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter crítico-interpretativo, que considera o entrelaçamento entre estruturas políticas, práticas discursivas e estratégias de poder.

Nesse percurso, a pesquisa recorre ao materialismo histórico-dialético como lente para compreender a permanência de formas autoritárias no interior da democracia neoliberal (MARTINS, 2022), e à epistemologia feminista como chave para problematizar a naturalização das categorias de gênero e sexualidade e evidenciar seus usos políticos como tecnologias de exclusão (Butler, 2018).

Como caminhos metodológicos, optou-se pela revisão bibliográfica crítica e pela análise documental. Foram mobilizadas obras de referência no campo dos estudos de gênero e

religião (Corrêa, 2018; Biroli, 2019; Corrêa; Kalil, 2021; Paula; Vital, 2023), além de relatórios e pesquisas institucionais, com destaque para o Relatório Ruinologia: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022), que fornece subsídios empíricos sobre o modo como a cruzada antigênero foi institucionalizada e permanece como legado no Estado. Esse corpus foi complementado com discursos parlamentares recentes, projetos de lei em tramitação e matérias jornalísticas de análise, como a de Prado (2025), que problematiza a desfiguração institucional produzida pelo bolsonarismo.

A técnica de análise empregada foi a análise categorial temática, com a identificação de quatro eixos centrais: (i) a circulação e adaptação da noção de “ideologia de gênero” no Brasil; (ii) a atuação das frentes parlamentares religiosas e mídias neopentecostais como difusoras de imaginários familistas; (iii) a permanência de normativas e práticas herdadas do ciclo 2016–2022; e (iv) os impactos dessas continuidades para os direitos sexuais e reprodutivos durante o governo Lula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise aqui feita, evidencia que a política antigênero no Brasil não foi apenas uma reação conjuntural aos avanços feministas e LGBTQIAPN+, mas constituiu uma política de Estado durante o governo Bolsonaro, produzindo efeitos que se prolongam no presente. O Relatório Ruinologia mostra que, entre 2019 e 2022, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) não apenas fragilizou conselhos e desmontou políticas de participação social, mas instituiu uma “nova política de gênero” ultraconservadora, baseada na defesa da infância e da família como eixos centrais. Essa ressignificação foi fundamental para criar um legado que, mesmo após a mudança de governo, permanece operando no interior do Estado.

No governo Lula, observa-se que tal herança se expressa de diferentes maneiras. Em primeiro lugar, por meio da permanência institucional de categorias e instrumentos criados durante o bolsonarismo. O Disque 100, por exemplo, foi reconfigurado na gestão anterior como canal de denúncias de “ideologia de gênero”, e mesmo após a transição de governo ainda reflete essa estrutura, evidenciando a dificuldade de reconstruir políticas públicas de forma imediata.

Em segundo lugar, a ofensiva antigênero mantém-se ativa através da atuação parlamentar. A Frente Parlamentar Evangélica segue propondo projetos de lei que visam restringir direitos sexuais e reprodutivos, vetar a educação sexual nas escolas e reforçar a

concepção familista como base da nação. Esse processo, como apontam Paula e Vital (2023), faz parte de uma “economia moral” que articula religião e política, funcionando como força de voto contra políticas progressistas, mesmo sob um governo de perfil progressista.

Em terceiro lugar, a persistência da política antigênero se dá no plano midiático e cultural. Igrejas neopentecostais continuam a difundir narrativas sobre “ideologia de gênero” em canais televisivos, rádios e redes sociais, reproduzindo imaginários familistas e nacionalista. Essas mídias religiosas, além de moldar a opinião pública, funcionam como base de mobilização da oposição política, reforçando o enraizamento social da cruzada antigênero.

Consoante a esse cenário, os impactos mais concretos dessa permanência são sentidos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Como destacam Peixoto, Salvador e Bianchetti (2023), os cortes orçamentários e a descontinuidade de programas de promoção da igualdade, iniciados em 2016 e aprofundados no governo Bolsonaro, geraram uma lacuna estrutural que ainda não foi revertida. Além disso, medidas restritivas herdadas, como a Portaria nº 2.282/2020², seguem produzindo efeitos jurídicos e simbólicos sobre a política de saúde reprodutiva.

Dessa forma, a trajetória analisada confirma que a cruzada antigênero não apenas sobreviveu à derrota eleitoral de Bolsonaro, mas segue estruturando disputas centrais da política brasileira. O que se observa, portanto, é a persistência de uma gramática moralista e familialista que se reconfigura em novas condições políticas, mas que continua a limitar o escopo da democracia e a fragilizar a universalidade dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstram que a política antigênero no Brasil, consolidada durante o governo Bolsonaro, produziu um legado duradouro que ultrapassa a mudança de governo em 2022. Mais do que uma reação episódica, tratou-se de uma reestruturação institucional e discursiva, cujo efeito foi instalar no Estado categorias, práticas e mecanismos de gestão afinados ao conservadorismo moral e religioso, como revelado pelo Relatório Ruinologia (2022). No governo Lula, tais marcas persistem sob a forma de instrumentos burocráticos ainda em funcionamento, da pressão parlamentar exercida por bancadas

² A Portaria nº 2.282/2020, do Ministério da Saúde, regulamentou o aborto legal no Brasil, exigindo comunicação à polícia em casos de estupro, oferta de ultrassonografia antes do procedimento e registro da solicitação pela paciente, criando barreiras ao acesso ao direito já garantido em lei.

fundamentalistas religiosas e da intensa circulação midiática de narrativas sobre “ideologia de gênero”.

A permanência desse repertório moralista e familista confirma que o bolsonarismo sobrevive como gramática política, mesmo após a derrota eleitoral, operando como força de voto contra políticas progressistas. Essa constatação impõe à democracia brasileira o desafio de lidar com a naturalização de discursos excludentes, que continuam a restringir a cidadania de mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos historicamente vulnerabilizados.

No campo científico, este estudo contribui ao evidenciar que as políticas antigênero devem ser analisadas não apenas como estratégias de resistência cultural, mas como tecnologias de governo, capazes de redefinir as fronteiras da igualdade e fragilizar os fundamentos democráticos. Essa leitura reforça a importância de pesquisas críticas sobre a interseção entre religião, política e neoliberalismo na América Latina.

Abrem-se, ainda, perspectivas para novas investigações empíricas que examinem: a atuação da Frente Parlamentar Evangélica no atual ciclo; o papel das mídias religiosas digitais na manutenção da cruzada antigênero; e as formas de resistência e reorganização de movimentos feministas e LGBTQIAPN+ diante da permanência desse legado. Tais pesquisas são fundamentais para compreender não apenas os limites, mas também as possibilidades de reconstrução democrática em tempos de ofensiva conservadora.

Palavras Chaves: Políticas antigênero; Bolsonarismo; Governo Lula.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*, n. esp., p. 76-89, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORRÊA, Sonia. *Políticas de gênero e políticas antigênero: um panorama*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2018.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero na América Latina*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2021.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

MARTINS, José de Souza. Neoconservadorismo na América Latina: o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos como elemento da erosão democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 37, p. 1-8, 2022.

PAULA, Marilene de; VITAL, Christina (org.). *Religião, democracia e a extrema-direita*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião – ISER, 2023.

PEIXOTO, Andréa; SALVADOR, Evilásio; BIANCHETTI, Lucídio. O financiamento dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil pós-2016. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 23-37, 2023.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Como a cruzada antigênero de Bolsonaro desfigurou o Estado brasileiro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/como-a-cruzada-antigenero-de-bolsonaro-desfigurou-o-estado-brasileiro/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RELATÓRIO RUINOLOGIA: uma cartografia da política antigênero no governo Bolsonaro (2019–2022). Brasília: Articulação Ruinologia, 2022.